



Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos vinte e um dias do mês de março ano de 2014, onde se achava presente o excelentíssimo Procurador da República Dr. Sérgio Suizama, compareceu a esta PRM de Resende o senhor RUBENS PAIM SAMPAIO, filho de João Augusto Sampaio e Ruth Paim Sampaio, nascido em Cruzeiro/SP, em 25 de novembro de 1934, portador da CI 017749930-8, expedida pelo Ministério da Defesa/Exército Brasileiro, CPF 028 838 057-68, morador na rua Antônio Duarte, n 92, Jardim Brasília II, CEP 27515-050 Resende/RJ, neste ato acompanhado de seu advogado Dr. Cécil Pietrobelli Buss, OAB/RJ 115169, após ser informado de seu direito constitucional de não se auto incriminar declarou o seguinte: que é militar reformado membro da Infantaria. Há quinze anos sofreu um AVC e por este motivo tem vários lapsos de memória. De fato, trabalhou no Centro de Informações do Exército a partir de 1969/1970 e até 1976. Até aproximadamente 1973 ficou servindo no CIE do Rio de Janeiro, depois passou a servir no CIE de Brasília. Foi para o CIE a convite do Coronel Coelho Neto e lá sempre trabalhou na área de Análise de Informações. Os Coronéis Brant Teixeira, Freddie Perdigão Pereira e Paulo Malhães eram da equipe de operações. Brant era da Artilharia e Malhães e Perdigão da Cavalaria. A respeito do caso envolvendo o ex-Deputado Rubens Paiva, o declarante tem a dizer que em uma data recebeu um telefonema de uma pessoa do DOI cujo nome não se recorda informando que Paiva havia falecido de infarte. O declarante disse: espera aí! Em seguida informou o fato a Coelho Neto que então determinou que o corpo fosse levado ao IML. O declarante retornou a ligação ao DOI mas então a pessoa do outro lado da linha lhe disse que haviam feito um teatrinho para ocultar o corpo. Afirma que não conhecia o ex-Deputado, que nunca o viu e que não esteve no DOI quando de sua prisão. A comunicação da morte lhe foi feita ao CIE porque o DOI mantinha uma linha direta com o Centro, e o declarante apenas atendeu o telefone e transmitiu a informação ao seu superior imediato, Coelho Neto. Quem fez o teatro foi uma equipe do próprio DOI. Não é verdadeira a afirmação feita pelo Coronel Ronald Leão, de que o declarante impediu a entrada na sala onde Rubens Paiva estava sendo interrogado. O declarante não conhece o Tenente Hughes e somente veio a conhecer o General Belham depois daquele período. Não se recorda de Raimundo Ronaldo Campos, nem de Francisco Demiurgo. Não sabe porque o Coronel Leão afirmou que o declarante estava no



Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

DOI naquele episódio, ele nunca tentou extorqui-lo ou pedir-lhe dinheiro e nem tampouco o declarante mantém nenhum vínculo de inimizade com Leão. Assim não sabe dizer porque ele teria afirmado que o declarante estava no DOI. O declarante também afirma que Perdigão não estava lá aquela época. O declarante e Perdigão não trabalham em dupla. Pode ser que como ambos moravam na Tijuca no máximo tenha pego algumas caronas com ele. Conheceu o médico Amílcar Lobo que na época era Tenente do Exército. Sua filha esteve doente e Lobo tratou dela, pois na época o declarante não tinha muitos recursos para custear um médico privado. Lobo chegou inclusive a ir a seu apartamento. Em 1988 quando trabalhava na iniciativa privada em Porto Velho tomou conhecimento das declarações de Lobo a seu respeito. Quis inclusive ir ao Jô Soares para negar aquelas declarações, todavia seu chefe disse para não fazer isto. Acredita que Lobo tenha feito tais declarações pois estava precisando de dinheiro e por isto precisava implicar um oficial. Em relação ao conteúdo das declarações de Lobo o declarante afirma que apenas levou-o a uma casa cujo endereço não conhecia, para tratar de Inês Etiene Romeu. Chegou a ir a esta casa quatro ou cinco vezes e sempre ia vendado. Assim não tinha conhecimento onde ela estava localizada, nem tampouco sobre como havia sido ela adquirida ou como estava sendo ela utilizada. A ordem que recebeu, de Coelho Neto, foi apenas de que ele deveria arrumar um médico para tratar da presa pois ela não poderia ser levada ao Hospital Central do Exército. O declarante afirma que não participou das torturas aplicadas na presa e que não tem conhecimento de quem teria feito isto. Como já conhecia Amílcar Lobo convocou-o para cumprir esta função. Lobo posteriormente foi vítima de dois atentados: uma vez injetaram alguma substância nele em seu consultório e em uma segunda ocasião colocaram um cabo de aço na estrada de Vassouras para causar um acidente de moto. O declarante afirma que tais atentados não foram praticados pelo Exército acreditando que tenham sido guerrilheiros que quiseram acertar contas com Lobo, mas não tem certeza. Conheceu Lobo no Batalhão de Polícia do Exército em uma ocasião quando ainda estavam instalando o DOI lá. Acredita que tenha ido lá para conhecer como funcionava o DOI e nesta ocasião foi então apresentado ao médico tenente. Somente conheceu o médico Ricardo Fayad muito depois, no HCE, no ano de 1994, quando precisou implantar um marca-passo. Acredita que Lobo não tenha torturado ninguém. Chegou a conseguir-lhe uma pensão que acredita tenha sido paga pelo SNI. Pouco antes de publicar o livro, Lobo chegou a pedir dinheiro ao declarante, o declarante disse que ia ver se arrumava algo mas foi transferido para um trabalho em Porto Velho, e foi então que soube da publicação do livro do médico. A respeito dos fatos publicados na referida obra o declarante afirma

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

que jamais torturou Inês Etiene Romeu e que sua função como já mencionado era apenas a de providenciar que ela restaurasse sua saúde. Nesta ocasião chegou a lhe dizer que a melhor opção para ela seria aceitar a proposta que haviam lhe feito, consistente em receber uma pensão em troca de passar a trabalhar para o Exército em Belo Horizonte. Naquela casa naquele período também estava uma pessoa de codinome Leo, que possivelmente seja Victor Papandreu. Leo apresentava problemas mentais e Amílcar Lobo também foi chamado para tratar dele. Leo começou a trabalhar para o Exército mas logo depois ficou maluco. Não sabe informar quais pessoas foram presas em razão do trabalho desenvolvido por Leo, nem tampouco qual o oficial que o controlava. Quando recebeu a missão, Leo já estava com problemas mentais e sua função como já dito era a de providenciar que ele melhorasse. Não é verdade a afirmação feita por Lobo de que o declarante atirou em Leo. Apenas um dia indagou: Cadê o Leo? E uma pessoa cujo nome não se lembra disse: O Leo foi pra Cuba, e nunca mais ouviu falar a respeito desta pessoa. Não se recorda do nome Laecato, nem Boamorte, nem Doutor Magro, nem Rubens Gomes de Sousa, nem Félix Freire Dias, nem Ubirajara Ribeiro de Sousa. O codinome do declarante de fato era Doutor Teixeira. As únicas pessoas que viu na casa para onde foi levado eram Inês Etiene Romeu e Leo. Havia também um caseiro responsável pela casa, que deixava o local assim que o declarante chegava. Por isto não sabe o seu nome. Pode ser que outros oficiais do CIE levassem pessoas para lá, mas não sabe dizer quem era levado, nem quem eram os oficiais responsáveis. A casa era da responsabilidade do Coronel Coelho Neto, não sabendo informar se foi ele quem a obteve. O declarante afirma que nunca houve uma ordem expressa para que os líderes das organizações de oposição fossem mortos. Também não sabe informar o paradeiro de presos desaparecidos, dentre os quais Mariano Joaquim da Silva, Heleny Teles Guariba, Walter Ribeiro Novaes, Carlos Alberto Soares de Freitas, Antônio Joaquim de Sousa Machado, José Raimundo da Costa e Paulo de Tarso celestino. Indagado a respeito de Marilene Vilas Boas o declarante afirmou que ela ou seu namorado foram responsáveis pela morte de uma Major Paraquedista em Campo Grande, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro. O declarante reafirma que não participou de execuções, torturas ou interrogatórios. Nunca ouviu a história relatada por Paulo Malhães de que o corpo de Rubens Paiva fôra retirado de uma praia no Recreio dos Bandeirantes e nada sabe dizer a respeito de tal fato. Naquela ocasião apenas falaram que o DOI fez o teatro para justificar a fuga. Após todas as missões em que participou o declarante redigia uma ata e entregava ao Exército. Não integrou o grupo encarregado de combater a Guerrilha do Araguaia e também não participou da operação

[Assinaturas manuscritas]



Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
envolvendo a morte de Onofre Pinto próximo a Foz do Iguaçu. Recorda-se que trabalhou com o Sargento de nome Jairo Cony. Trabalhou com ele na parte de Operações e também ele era seu amigo. Cony integrava a equipe de Freddie Perdigão e estava com o referido oficial na data em que Perdigão sofreu um atentado na Lagoa Rodrigo de Freitas. Recorda-se também de dois irmãos paraquedistas que trabalhavam no CODI ou CIE. Ao reformar-se em 1976 foi trabalhar na iniciativa privada em Trombetas na área de mineração como assessor da presidência. E mais não disse. As declarações foram prestadas na Sala de Reuniões da PRM - RESENDE, e vai por todos assinado. Eu, Hudson Pereira Pequeno, Analista do MPU/Direito, o digitei.

Procurador da República

Declarante

Advogado

OAD/NJ 115169